

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES

CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 05/12/2006 E 06/12/2006.

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos, na Sala Centro de Convenções do Carlton Hotel, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 05, Bloco G, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima primeira Reunião Ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 120 Conselheiros, sendo 71 titulares, 48 suplentes e 01 observador, conforme Anexo I; os titulares foram representados por 08 do Poder Público Federal, 03 do Poder Público Estadual, 11 do Poder Público Municipal, 23 de Entidades dos Movimentos Populares, 08 de Entidades Empresariais, 08 de Entidades de Trabalhadores, 06 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 04 de Entidades Não-Governamentais. O Presidente saudou a todos e deu início à décima primeira reunião. Na seqüência, passou à composição da Mesa Coordenadora dos trabalhos, convocando o Sr. Antônio José de Araújo(MNLM) do segmento das Entidades de Movimentos Populares, o Sr. José Walter Soares (FNU) das Entidades de Trabalhadores, o Sr. Leonardo Pessina(ABONG) das Organizações Não Governamentais e a Sra. Ana Fernandes(ANPUR) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa. Após a composição da mesa, o Presidente apresentou a seguinte pauta: 1. Discussão e aprovação do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional das Cidades; 2. Apresentação do Sr. Paulo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS; 3. Informes dos Comitês Técnicos; 4. Deliberação sobre as Resoluções. Em seguida, o Presidente passou a coordenação dos trabalhos ao Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do ConCidades, que, depois de haver verificado o quorum, colocou em votação a proposta de pauta apresentada, sendo aprovada por unanimidade. Logo depois, encaminhou a leitura e votação da ata da 10ª Reunião Ordinária do ConCidades, também aprovada por unanimidade. Na seqüência, foi encaminhado o primeiro ponto de pauta. 1. Discussão e aprovação do Regimento da 3ª Conferência Nacional das Cidades. O Coordenador apresentou a proposta de Regimento formulada no âmbito do Grupo de Trabalho de Preparação da 3ª Conferência das Cidades. Logo depois, o Regimento foi amplamente discutido e após receber emendas e alterações em plenário, sua redação final foi aprovada por unanimidade (Resolução Normativa Nº. 04- Anexo II). As Sras. Maria Eliane Vaz, da CMP, Veruska Ticiano, da CONAM, os Srs. Benedito Barbosa, da CMP, Miguel Lobato, do MNLM, Wagner Fajardo, da FNM fizeram uso da palavra para debater a necessidade de contemplar a questão de gênero, como também raça e etnia, da juventude, das pessoas com deficiências e mobilidade reduzida nas discussões da III Conferência e do ConCidades. Encaminhou-se, na seqüência, o segundo ponto de pauta: 2. Apresentação do Sr. Paulo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS. O Coordenador informou que o Sr. Paulo Cabral Furtado não pode comparecer à reunião devido a problemas de última hora em sua agenda. Na continuação das atividades, passou-se ao terceiro ponto de pauta: 3. Informes dos Comitês Técnicos. O Coordenador passou a palavra ao Sr. Abelardo de Oliveira Filho, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, que fez um breve balanço das discussões do Comitê de Saneamento Ambiental. Informou que o governo estava trabalhando de forma incisiva para que o projeto de lei do Saneamento fosse votado na Câmara Federal. Destacou a retomada do financiamento e do investimento para o setor, e um dos instrumentos que estão ajudando é a Lei de Consórcios, inclusive com os avanços em sua regulamentação. Apresentou, também, uma agenda elaborada para 2007 a 2010, destacando a regulamentação da referida lei, a elaboração do Plano Nacional de Saneamento, o apoio aos planos estaduais e municipais, a elaboração de um novo modelo de

prestação de serviço em saneamento baseado na Lei de Consórcios, a realização de seminários. Comentou, também, a necessidade de se eleger representantes dos segmentos do ConCidades para acompanhar o desenvolvimento dessas ações. Em seguida, a Sra. Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos, informou que no Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano foi discutida a questão dos planos diretores que têm a obrigatoriedade de serem elaborados por estarem localizados em áreas de influência de empreendimentos de grande impacto regional ou nacional. Foi, ainda, debatida a impertinência do PLS 93/2006, do Senador Flecha de Lima que pretende estender o prazo para elaboração de planos diretores até o final de 2007. Dando continuidade aos informes, o Sr. Daniel Nolasco, da Secretaria Nacional de Habitação, informou que no Comitê de Habitação foram discutidos três pontos. Primeiro se tratou das oficinas de capacitação de multiplicadores para a elaboração de planos municipais e estaduais de habitação. O Segundo ponto tratou da elaboração do Plano Nacional de Assistência Técnica, definindo que haverá assistência individual e de forma coletiva para construção de casas, e também foram definidas as linhas de recursos a serem repassados. Por último, foi debatido como estava proposta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que tinha alocado 458 milhões de reais, com distribuição de 79% em urbanização de favelas, 2% para o apoio a elaboração de planos municipais de habitação de interesse social e 19% na produção de habitação de interesse social. Foi, ainda, discutida a necessidade de elaboração de uma Medida Provisória que disponibilizaria 2,5 milhões para o FNHIS, contemplando a demanda dos 3 bilhões de reais para o fundo. Na continuação dos trabalhos, o Coordenador encaminhou o quarto ponto de pauta: 4. Deliberação sobre as Resoluções. Para dar início à apresentação e defesa de propostas de resoluções, a palavra foi delegada à Secretária Raquel Rolnik que propôs recomendar a interrupção imediata da tramitação do PLS N.º 93/2006 e a abertura de uma ampla discussão da matéria nele veiculada. O texto foi votado e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 21 – Anexo III). A Sra. Raquel Rolnik apresentou, ainda, uma outra proposta de resolução versando sobre a emissão de orientações quanto à regulamentação dos procedimentos para aplicação dos recursos técnicos e financeiros, para a elaboração do Plano diretor dos municípios inseridos em área de influência de empreendimentos de impacto ambiental, no âmbito regional ou nacional, com referência nas diretrizes constantes dos incisos II, IX e XIII do art. 2º e inciso V do art. 41, do Estatuto da Cidade. A proposta foi apreciada pelo plenário e aprovada por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 22 – Anexo IV). Em seguida, o Coordenador direcionou a palavra ao Sr. Leandro Franklin Gorsdorf, do Observatório de Políticas Públicas do Paraná e representante do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, que apresentou proposta recomendando a aplicação da gratuidade de primeiro registro e o disciplinamento quanto à gratuidade de taxas de regularização de assentamentos de interesse social. O documento foi encaminhado à votação e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 23 – Anexo V). Ainda com a palavra, o Sr. Leandro defendeu outra proposta que versava sobre a necessidade do ConCidades recomendar a criação de uma Comissão Interministerial para o desenvolvimento conjunto de ações na área de prevenção e solução de conflitos fundiários urbanos. O Texto foi votado e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 24 – Anexo VI). Apresentou, também, a proposta de inclusão do item relativo a conflitos fundiários urbanos nos critérios de pontuação dos manuais de Programas de Habitação e Regularização Fundiária do Ministério das Cidades. Após sofrer uma alteração, o texto foi aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 25 – Anexo VII). Por último, o Sr. Leandro leu uma recomendação ao Governo do Ceará, no sentido de estabelecer medidas urgentes e providências em relação às ações violentas da Polícia Militar no assentamento Vila Gegê em Fortaleza. O documento foi debatido e após sofrer emendas foi aprovado por unanimidade. (Resolução Recomendada N.º 26 – Anexo VIII). Dando andamento aos trabalhos, o Coordenador convidou o Sr. Daniel Nolasco, da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), para apresentar mais uma proposta de resolução. O representante da SNH defendeu a recomendação de elaboração de uma Medida Provisória de crédito extraordinário de R\$ 3 bilhões de reais para FNHIS em 2007. A

proposta foi votada e aprovada por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 27 – Anexo IX). O Sr. Daniel apresentou, também, uma proposta recomendando que as associações, cooperativas e entidades de movimentos sociais possam ter acesso direto aos recursos do FNHIS, para produção habitacional de interesse social. Após um intenso debate e esforço de concertação em plenário, o texto sofreu emendas e foi aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 28 – Anexo X). Em seguida, o Coordenador retomou a palavra para ler a proposta que recomendava ao Governo Federal prioridade para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano dentro do projeto de desenvolvimento nacional em construção no novo mandato. O documento foi votado e aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 29 – Anexo XI). Para defender a última proposta de resolução, o Sr. Modesto Severino de Azevedo, da União Nacional de Luta pela Moradia (UNLP), assumiu a palavra com a proposta de recomendação para que fosse efetuada a implementação, em âmbito federal, do pacto federativo visando o barateamento das tarifas como forma de subsidiar o transporte coletivo urbano. Após sofrer alterações, o documento foi aprovado por unanimidade (Resolução Recomendada N.º 30 – Anexo XII). Na seqüência, foram recebidos, pela mesa, os nomes dos conselheiros indicados para compor a Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades, conforme Anexo XIII. Para a conclusão dos trabalhos, o Coordenador passou a palavra ao Presidente do Conselho que no ato de encerramento da reunião agradeceu a presença de todos, desejou um feliz ano novo aos presentes e manifestou a vontade de que os temas de competência do Ministério das Cidades sejam priorizados pelo Governo Federal em 2007.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente